



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

Aos 06 dias do mês de abril de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º2 do artigo 104.º do RAR (2.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde.

Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º2 do artigo 104.º do RAR (2.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos da Comissão distribuindo ao PS o Projeto de Lei n.º 144/XIII (1.ª), do BE, que «Elimina a possibilidade de instrução e instauração de processos por parte da autoridade tributária para a cobrança de taxas moderadoras (Altera o Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro)», para elaboração de Parecer, referindo que baixou à COFMA, como Comissão competente, com conexão à Comissão de Saúde.

O Presidente, antes de dar a palavra ao Ministro da Saúde, deu nota da grelha de tempos a utilizar na audição de membros do Governo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (audição obrigatória), iniciando-se com uma intervenção inicial de dez minutos por parte do Ministro. Na 1.ª ronda cada Grupo Parlamentar dispõe de seis minutos, respondendo o Ministro no fim de cada intervenção. Na 2.ª ronda cada Grupo Parlamentar dispõe de cinco minutos e o Ministro responde globalmente no fim, enquanto na 3.ª ronda o tempo é de 3 minutos por cada Deputado inscrito, respondendo o Ministro no fim, em igual tempo.

O Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado. Cumprimentou democraticamente todos os presentes nesta audição sobre Política Geral de Saúde, que ocorre no início de Abril, mês em que se assinala o 40.º aniversário da CRP, na qual foi consagrado o Serviço Nacional de Saúde Universal, geral e tendencialmente gratuito. Afirmou que *«com a aprovação do Orçamento de Estado abriu-se um período de normalidade institucional marcado por um tempo de confiança em que o aumento do rendimento das famílias e a reposição dos mínimos sociais criou condições para reforçar os níveis de justiça na proteção social. Disse que estão convictos que este novo enquadramento político contribuiu para reforçar a confiança e a esperança dos portugueses no país e na melhoria efetiva das suas condições de*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

vida. Acrescentou que o governo veio fazer aquilo que os cidadãos esperam: honrar a palavra dada e mostrar que as pessoas podem acreditar na política e nos políticos e que estes são capazes de dar corpo às promessas feitas em tempo eleitoral, concretizando as políticas que vão ao encontro das necessidades das pessoas e que no Ministério da Saúde temos procurado executar o plano que submetemos aos Portugueses, tarefa a que nos dedicaremos ainda com maior determinação agora que o OE para 2016 foi promulgado».

Neste sentido, assinalou as medidas mais relevantes executadas em torno dos diferentes eixos do Programa do Governo, que discriminou detalhadamente e de onde se destacam as seguintes: promoção da Saúde; redução do valor global das taxas moderadoras; lançamento do novo Portal do SNS; apresentação das bases para o relançamento da reforma dos cuidados de saúde primários; melhoria da gestão dos hospitais, da circulação de informação clínica e da articulação com outros níveis de cuidados e outros agentes do setor; expansão e a melhoria da integração da Rede de Cuidados Continuados e de outros serviços de apoio às pessoas em situação de dependência; melhoria da articulação entre as funções assistenciais, de ensino, de formação pré e pós graduada e de investigação em universidades, politécnicos e centros de investigação; apoio à investigação científica, nas suas vertentes clínicas, de saúde pública e, em especial, de administração de serviços de saúde; criação do Conselho Nacional dos Centros Académicos de Medicina bem como a Comissão Nacional para o desenvolvimento do novo modelo de Prova Nacional de Avaliação e Seroação (PNAS) para acesso ao internato médico; reforço da capacidade do SNS através da alocação dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, de forma a assegurar cuidados de saúde de qualidade, com segurança e em tempo útil; prosseguimento do compromisso com a sustentabilidade da área do medicamento, promovendo uma política de modo a conciliar o rigor orçamental com o acesso à inovação terapêutica; assinatura do compromisso para a Sustentabilidade e Desenvolvimento do SNS (APIFARMA; APOGEN; GRQUIFAR; ANF; AFP; APORMED); reposição do direito ao transporte de doentes não urgentes; criação de um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA, que facilite o acesso e a livre circulação dos utentes no SNS, nomeadamente no que diz respeito a áreas onde a espera ainda é significativa: consultas de especialidade, internamentos, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica; atualização do Programa Nacional de Vacinação através de um programa digital; criação do Conselho Nacional de Saúde. Realçou que tem procurado cumprir o que foi prometido, dando nota de que há muito para fazer. A terminar, referiu que o Ministério continuará atento às disparidades territoriais em saúde e que tem um compromisso com a sustentabilidade no SNS e com a continuação do rigor com a execução financeira.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

O Deputado Miguel Santos cumprimentou o Ministro da Saúde e a sua equipa. Começou por colocar questões sobre as medidas que estão a ser negociadas em relação ao programa de estabilidade e crescimento, se a dívida vai voltar a crescer, tendo em conta os primeiros dados já conhecidos da execução orçamental, que indicam derrapagem do prazo de pagamento dos hospitais e também saldo negativo de 20 milhões. Referiu que em relação à Linha de Saúde 24 estava a decorrer um concurso promovido pelo anterior governo, mas que foi anulado por uma resolução aprovada no Conselho de Ministros, na qual foram acrescentadas apenas duas funcionalidades relacionadas com a prestação de consultas e o agendamento de meios complementares de diagnóstico e terapêutica. O resultado disso foi fazer um ajuste direto com a PT, que vigorará a partir de maio. Perguntou se não teria sido preferível proceder à abertura de um novo concurso. Quanto ao programa nacional de reformas, constata que não traz novidades, parecendo que a estratégia deste Ministério é dismantelar o que foi feito nos últimos quatro anos.

O Ministro agradeceu o conjunto de perguntas que procurará esclarecer. Deixou o compromisso de que tudo fará para que no final de 2016 o saldo negativo diminua significativamente. Disse discordar da análise feita aos dois primeiros meses porque o orçamento de Estado apenas foi aprovado há poucos dias, o que atrasou o acordo com a APIFARMA, acrescentando que da execução de janeiro e de fevereiro não constam notas de crédito. Deu esclarecimentos sobre o agravamento pontual das dívidas, disse que vai tomar medidas por negociação direta, designadamente sobre o acordo relativo à colonoscopia para ver se é possível rever os preços, não retirando essa necessidade aos doentes que precisem. No que se refere à Linha de Saúde 24, lembrou o que já tinha referido na anterior audição, ou seja, que devia ser alterado o modelo de funcionamento que apenas tinha funções de triagem e de orientação num centro de contacto, destacando que a negociação com este operador permitiu reduzir os encargos em cerca de 600 mil euros. Esclareceu que o SNS resistiu entre 2011 e 2015, porque integra um conjunto de 125 mil profissionais que todos os dias suportam o impacto da ação política quer a positiva quer a negativa.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Começou por se congratular com o novo portal do SNS referindo que o tipo de informação ali colocada é mais útil e transparente, designadamente sobre os tempos de espera. Congratulou-se igualmente com a importância que volta a ser dada aos cuidados de saúde primários com a integração da saúde oral e saúde visual nos centros de saúde, com a criação de mais USF, e gostaria que no final da legislatura houvesse só um único modelo. Concorda com as novas regras das taxas moderadoras,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

que isentam os dadores de sangue e os dadores de órgãos. Concorde também com a aposta nos cuidados continuados integrados, no reforço na saúde mental e nos cuidados informais e congratula-se com o acordo no setor do medicamento para garantir a sustentabilidade para os próximos anos no acesso aos medicamentos a todos. Perguntou qual o impacto esperado com a contratação de médicos aposentados e para quando se prevê a conclusão do concurso de enfermeiros.

O Ministro agradeceu as questões. Disse que o portal da saúde disponibiliza informação sobre as dezenas de hospitais e de ACES que integram o SNS, salientando que a utilidade pública de um portal com estas características é muito grande, quer para os utentes quer para as entidades públicas tomarem providências para melhorar a informação. Todos os meses haverá relatórios sobre o estado do acesso dos portugueses ao SNS, verificando-se o que corre bem e o que corre mal. Prestou um conjunto de informações sobre o livre acesso dos doentes a cirurgias, a mediar pelo médico de família, devendo haver gestão partilhada dos recursos no SNS. No que respeita à isenção de taxas moderadoras dos dadores de sangue, permitiu que se registre um aumento do número de dadores. Disse que as cerca de 200 vagas sobrantes do concurso de jovens médicos serão ocupadas pelos médicos aposentados. Realçou que o acordo com a APIFARMA está valorizado em cerca de 200 milhões de euros, englobando várias áreas, incluindo o apoio à formação e investigação.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Ministro da Saúde e os Secretários de Estado. Começou lembrar que estamos no mês da comemoração dos 40 anos da CRP e um dos seus bens maiores é o SNS, com a universalidade no acesso aos cuidados de saúde. A austeridade foi imensa nos últimos anos e as medidas do orçamento do Estado poderão não ser suficientes para inverter a situação. Recordou as palavras da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros sobre a falta de enfermeiros no SNS e a falta de condições para aqueles que integram o SNS, porque trabalham muito e estão em exaustão. Perguntou se não se devia fazer a contratação direta dos profissionais, até para estabilizar as equipas, em vez de recorrer a empresas prestadoras de serviços de saúde. Sabe que o Ministro pediu explicações aos responsáveis do Centro Hospitalar do Vale do Tâmega, que alegadamente encontraram um esquema para fugir às listas de espera e aos tempos máximos de resposta, perguntando se o Ministro conhece as razões que levaram esse Centro Hospitalar a tomar essas decisões.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

O Ministro agradeceu as considerações e as perguntas, dizendo que acompanha o Deputado sobre a necessidade de melhoria dos indicadores de saúde. Compreende e regista com preocupação o relato da Bastonária da OE sobre a escassez de recursos numa área tão vital como a enfermagem e o que pode garantir é que no final da Legislatura será possível ter um cenário diferente. O governo anterior lançou um concurso para mil enfermeiros (774 para os cuidados de saúde primários e os restantes para os cuidados hospitalares) e candidataram-se mais de 10700 enfermeiros, tendo admitido que o concurso não foi bem preparado e a dimensão do júri revelou-se insuficiente. Disse estar a fazer o possível para introduzir mecanismos expeditos, em consonância com o Ministério das Finanças e com os Sindicatos, porque quer ter estes enfermeiros no SNS até final do ano. Esclareceu que assim que soube das alegadas ilegalidades e de más práticas no Centro Hospitalar do Alto Tâmega pediu de imediato explicações e instaurou um inquérito ao IGAS, prevendo-se que na próxima semana o relatório seja entregue e do qual dará nota à AR.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Ministro da Saúde e a sua equipa. Sublinhou a atitude de serenidade e de diálogo manifestada pelo Ministro, que também é a sua, tendo registado um conjunto de boas promessas que a serem concretizadas são motivo de regozijo para os portugueses. O Presidente da República disse que o Ministro da Saúde seria um bom elemento para um pacto alargado para a saúde e, em nome do CDS-PP, manifestou a sua disponibilidade para participar. Concretizando o que considera ser uma boa intenção sobre a reposição das 35 horas de trabalho semanal e os investimentos nos cuidados de proximidade, teme que conduzam ao aumento do défice. Saudou a apresentação do Plano Nacional de Desenvolvimento, designadamente quanto ao apoio aos cuidadores, informando que o CDS-PP tem intenção de apresentar um projeto de resolução sobre este assunto. Questionou o Ministro sobre o porquê do encerramento da Linha de Saúde 24 de apoio ao idoso, sobre se já existe uma nova equipa dirigente do Centro Hospitalar da Cova da Beira e se há o compromisso de manter a unidade de cuidados paliativos do Hospital do Fundão.

O Ministro agradeceu as palavras e as questões colocadas. Referiu que foi nomeado um novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira que deixou o compromisso de resolver a questão relativa aos cuidados paliativos no Fundão. Registou que existe disponibilidade para fazer o pacto da saúde e, a este propósito, informou que no dia seguinte vai realizar-se na Sala do Senado, na AR, um evento no dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde e onde vai ser assinado um compromisso estratégico entre o Ministério da Saúde e a Fundação Calouste



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

Gulbenkian sobre o Plano Nacional de Saúde, na área da Diabetes. Disse também que vai ser assinado um protocolo com uma entidade da sociedade civil para a redução dos pacotes de açúcar para metade da dimensão. Disse ainda que poderá ser preparado um pacto sobre o estatuto do cuidador informal, que seria assinado em 2017. Deu esclarecimentos sobre a execução orçamental.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Ministro da Saúde e a sua equipa. Disse que também considera que o SNS resistiu aos ataques e às opções políticas dos últimos anos e não só, devido ao empenho e brio dos profissionais de saúde e que existe um problema de financiamento. A Deputada destacou o relatório do Programa das doenças oncológicas, que constata que o tempo de resposta máxima garantida foi ultrapassado, o que é preocupante porque se está a falar de vida ou morte. O relativo às doenças respiratórias mostrou deficiências na capacidade de diagnóstico para a TPOC. Segundo vários especialistas as infeções hospitalares estão indelevelmente associadas às condições hospitalares e à falta de profissionais, pelo que perguntou quais as medidas que poderão ser tomadas para resolver o problema. Verificando-se que os centros de referência foram criados no norte, no centro, em Lisboa e Vale do Tejo e apenas um no sul, no Algarve, sendo 79 públicos e 3 privados, perguntou o que vai ser feito relativamente aos que não viram as suas candidaturas aprovadas, como vai ser feita a referenciação dos doentes e como se calculará o custo destes doentes e como vai ser feita a contratualização com os centros de referência privados. Perguntou ao Ministro se está disponível para progressivamente deixar de recorrer à precariedade e às empresas de trabalho temporário, passando a integrar os profissionais nas suas carreiras e com vínculo, porque só assim se permite a estabilidade e a qualidade da prestação de cuidados de saúde.

O Ministro disse que pessoalmente não considera positiva a existência deste modelo de empresas temporárias pela forma como exploram e veiculam a oferta de trabalho, mas que continuarão a ter utilidade em circunstâncias pontuais e por períodos sazonais. Deu orientações às entidades públicas com autonomia que privilegiassem, sempre que possível, a contratação direta por contrato de trabalho a termo certo, por integração nos quadros ou por prestação de serviços. Considera que os tempos máximos de resposta garantida em oncologia são totalmente inaceitáveis pelo que antes do verão gostaria de vir dizer a esta Comissão que não há qualquer unidade de saúde a violar esse tempo de resposta. Sobre os centros de referência, criados por portaria do governo anterior, medida que acompanha, foi constituída uma Comissão de Avaliação presidida por uma



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

personalidade independente, o Prof. Doutor João Lobo Antunes. Considera inevitável que os centros de referência se situem em áreas de concentração urbana e reconhece que os centros privados de referência têm mérito. Sublinhou que o SNS tem de garantir o pagamento do transporte dos doentes referenciados e deu conta de dados que comprovam a melhoria nalguns aspetos dos programas prioritários.

Na segunda ronda colocaram questões os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Luís Soares, Jorge Falcato, Isabel Galriça Neto e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Miguel Santos, António Sales, Carlos Matias, Isabel Galriça Neto, João Ramos, Cristóvão Simão Ribeiro, Eurídice Pereira, João Vasconcelos, Carla Cruz, Luís Vales, Marisabel Moutela, Paulo Sá, Sara Madruga da Costa, Francisco Rocha, Moisés Ferreira, Fátima Ramos, Paulo Marques, Laura Magalhães, Norberto Patinha, José António Silva, Joana Lima, Isaura Pedro, José Silvano, Luís Soares, Manuela Tender, Cristóvão Norte, Luís Graça, Paulo Rios e António Costa da Silva, tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e pelo Secretário de Estado da Saúde.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 15:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A gravação integral da audição poderá ser acedida através do link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=886&title=audicao-do-ministro-da-saude>

Palácio de São Bento, 06 abril 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 23/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
António Costa Silva
António Topa
Carlos Matias
Cristóvão Norte
Francisco Rocha
Joana Lima
João Ramos
João Vasconcelos
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Maria Manuela Tender
Norberto Patinho
Paulo Duarte Marques
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Sá
Rui Riso
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ricardo Baptista Leite